

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 26429971/2025 - SEINFRA.UBP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Contratação de empresa especializada para a execução de Pavimentação em Paver da Rua dos Portugueses (trecho Rua Motucas até a Ponte estaca 21), localizada no bairro Vila Nova, com 420,00 metros de extensão.

Serão contratados todos os serviços de infraestrutura: drenagem pluvial, reforço dos bordos, sub-base, base, paver e serviços complementares: guia de concreto (meio-fio), boca de lobo em passeio, cerca de arame, grama, guarda-corpo, sinalização viária vertical e horizontal.

A pavimentação promoverá a continuidade e interligação da malha viária, proporcionará a urbanização da região, promoverá a valorização imobiliária, garantirá conforto e acessibilidade aos transeuntes da via, beneficiará o sistema viário da região e contribuirá com a melhoria da qualidade de vida dos moradores e usuários da malha viária local.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual do Município de Joinville, Quadriênio 2022 - 2025 - Processo 21.0.187194-1, alterada pela Lei nº 9.716, de 06 de setembro de 2024 - (Sei 0022719216) - Anexo II - Valores por Unidades Orçamentárias, Ações e Metas (0022399582), **ação correspondente: 1.3061 - Obras de pavimentação - SEINFRA.**

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

* Trata-se de obra comum de engenharia;

* Deve ser contratado empresa especializada em obras de pavimentação, com a comprovação por meio de capacidade técnico-profissional e capacidade técnico-operacional;

* Pode ser realizado a subcontratação dos serviços de drenagem, obras complementares e sinalização;

* Pode ser contratado consórcio entre empresas que possuam capacidade técnico-profissional e capacidade técnico-operacional;

* Ainda, para a obra essa equipe técnica entende como necessária a solicitação das seguintes garantias para a contratação:

Garantia adicional para o caso do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021;

Garantia nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, cujo percentual indicado é de 10% diante da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Tais requisitos (comprovação de execução anterior na subcontratação e garantias), são necessários diante da complexidade técnica da obra qual envolve mais de uma disciplina que deverão possuir compatibilidade entre si, interferindo diretamente na solidez e viabilidade da obra.

Com relação ao cumprimento do cronograma executivo com a conclusão da obra no prazo previsto e com a qualidade esperada, essa equipe técnica propõe que sejam elencados os critérios de níveis mínimos de produtividade, os quais devem compor os anexos do Edital.

Tais exigências são necessárias considerando a complexidade da obra, e que em não sendo devidamente executados por empresas especializadas com a necessária expertise técnica e experiência poderá comprometer a solidez e a durabilidade da obra, com possíveis patologias no pavimento, nas calçadas, erosões na drenagem entre outras.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para a presente contratação, a estimativa das quantidades serão obtidas, de modo geral, considerando-se as peças técnicas dos projetos executivos, com aproximadamente 3.345,00 m² de obra.

A quantidade estimada está demonstrada na **Memória de Cálculo** 25454073 que foram baseadas nos projetos executivos autuados no processo.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para justificar a utilização ou não de um determinado método construtivo entre todas as opções no mercado, demandaria a execução de projetos executivos e suas memórias de cálculos para fazer a estimativa de valor. O técnico quando elabora o projeto executivo já analisa a solução técnica mais viável para execução do serviço com base nas obras anteriores.

Após análises técnicas e orçamentárias com métodos executivos presentes no mercado local, os métodos construtivos adotados foram pavimentação em paver, drenagem com tubos de concreto, sinalização com pintura termoplástica, visualizando o atendimento a mão de obra local especializada e materiais disponíveis no mercado, pois foi analisado na solução técnica o impacto na produtividade e prazo de execução da obra.

Quanto a parte financeira, informamos que o investimento é oriundo das seguintes fontes:

100 - Recursos Ordinários

339 - Superávit Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Vinculado Naturais

2708 - Superávit Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais

2711 - Superávit Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.

2720 - Superávit Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo. Os mesmos foram baseados na tabela SINAPI e SICRO.

Estima-se o valor de R\$ 3.130.303,18 (três milhões, cento e trinta mil, trezentos e três reais e dezoito centavos).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Foram adotados os seguintes métodos construtivos, visualizados pelos responsáveis técnicos como solução técnica que mais atende a obra em questão.

- Pavimentação em paver na via;
- Execução de drenagem com tubos em concreto, material esse de alta resistência e estoque para manutenção nas Unidades Regionais de Obras;
- Para sinalização horizontal foi adotado pintura com termoplástico por extrusão e aspersão.

As soluções técnicas de toda a obra, foram baseadas nos contratos de manutenção que a Secretaria de Infraestrutura Urbana possui, como a exemplo, o fornecimento de tubos de concreto, pavimentação em paver, entre outros. Importante salientar que em caso de necessidade de manutenção decorrente de eventual falha na execução, ficará a cargo da contratada sem nenhum ônus à administração pública.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O processo de contratação deverá se realizar por uma única licitação com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica do objeto, caso necessário.

A obra é composta de serviços diversos como: pavimentações, drenagem, sinalização viária. Considerando que são muitas especificidades, para sua perfeita execução, os serviços deverão ser prestados por empresas especializadas.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

No âmbito do melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, informamos que o projeto visa métodos construtivos convencionais, já utilizados em várias outros contratos da Prefeitura, obtendo assim mão de obra especializada e materiais disponíveis na cidade de Joinville, não impactando na produtividade da obra e prazo de entrega.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Quanto a equipe técnica de fiscalização, a Secretaria de Infraestrutura Urbana possui engenheiros com experiências técnicas na execução dos serviços a serem contratados. Esta secretaria também conta com equipamentos e software para emissão e análise dos projetos, bem como as demais secretarias e unidades que dão suporte a gestão contratual deste tipo de objeto/contrato. Diante do exposto acima, não será necessário a adoção de providências adicionais pela administração previamente a celebração do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A obra não ocasionará impactos ambientais significativos, uma vez que, atualmente as vias já se encontram consolidadas.

A contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

- Análise de Risco

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se que o risco é raro, uma vez que trata-se de estrada de baixo tráfego;

b) análise de riscos - Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado;

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Baixo;

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de aceitar, não há necessidade de adotar quaisquer medidas.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Atende	Não atende	Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

solução apresentada para a Pavimentação em Paver da Rua dos Portugueses é viável, cumprindo com o objetivo de trazer maior desenvolvimento para a cidade, beneficiando o sistema viário da região e contribuindo com a melhoria da qualidade de vida dos moradores e usuários da malha viária local.

Ainda, a solução técnica apresentada mostra-se adequada para a contratação, uma vez que são processos convencionais já utilizados na cidade de Joinville e que dispõe de mão de obra local especializada e materiais disponíveis no mercado.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cristina de Moraes Silva, Coordenador(a)**, em 13/08/2025, às 11:31, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Marino Pelegrini Neto, Gerente**, em 13/08/2025, às 11:38, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Shana Roesler Paiva, Diretor (a) Executivo (a)**, em 13/08/2025, às 15:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Correia de Sa, Secretário (a)**, em 13/08/2025, às 15:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **26429971** e o código CRC **863EE420**.

Rua Saguazu, 265 - Bairro Saguazu - CEP 89221-010 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

24.0.244772-3

26429971v4